



Regulamentação de direitos das domésticas é aprovada no Senado

Projeto que equipara a categoria aos demais trabalhadores estabelece regras como a jornada semanal de 44 horas e segue para sanção presidencial



Para Romero Jucá (D), que relatou o texto na Comissão de Consolidação de Leis, número de empregados com carteira assinada vai subir de 1,5 milhão para 8 milhões

Entre as mudanças, a redução na contribuição previdenciária do empregador sobre o salário do empregado, que cai de 12% para 8%. A alteração compensa a cobrança de 0,8% para um seguro contra acidentes e de 3,2% para um fundo que será usado no pagamento de multa por demissão sem justa causa. Os patrões também terão de contribuir para o FGTS e compensar as horas que excederem a jornada. **3**

PEC que sobe idade de aposentadoria de ministro do STF é promulgada hoje

Conhecida como PEC da Bengala, a proposta de emenda à Constituição que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF), será promulgada na manhã de hoje pelo Congresso Nacional.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a mudança permitirá aos cofres públicos economizar com a aposentadoria dos ministros, que poderiam continuar na ativa por cinco anos a mais, e criticou a presidente Dilma Rousseff e o vice Michel Temer por serem contrários à proposta. **5**

Professores descrevem repressão policial

A Comissão de Direitos Humanos ouviu ontem professores e sindicalistas que protestaram na semana passada em Curitiba contra o governo estadual e foram violentamente reprimidos. Eles disseram que a reação policial foi exagerada. O governo também foi ouvido. A comissão fará uma denúncia ao Sistema Internacional de Direitos Humanos sobre o episódio. **12**



Policiais militares do Paraná durante protesto de professores estaduais em Curitiba

Jogadores criticam MP do Futebol por ignorar dívidas trabalhistas

Em audiência pública, entidades de atletas disseram que medida provisória deveria se preocupar também com as dívidas trabalhistas, que afetam os jogadores tanto dos clubes pequenos quanto das equipes grandes. **11**



Jogadores do Atlético e do América disputam partida do Campeonato Mineiro

Empréstimos do BNDES a governos estrangeiros serão auditados

Plano para aviação regional não convence senadores **10**

Vai à Câmara texto que limita acréscimo de preço em obra e serviço

Projeto do Senado aprovado ontem em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça estabelece o limite máximo de 25% para acréscimos ao valor inicial de contratação de obras, serviços ou compras pela administração pública. **6**

pauta
Feminina

Violência na Atenção Obstétrica

Mesa:
Dra. Esther Vilela – Coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde
Dra. Daphne Hattner – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento

Data: 7 de maio de 2015
Horário: 10h
Local: Plenário 7 da Ala Alexandre Costa - Senado Federal

Mais informações: 3303-1710/1713 | Participação poderá ser presencial, pelo 0800 61 22 11 ou pelo e-Cidadania



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Além de inovações tecnológicas, foi inaugurada, com a presença de Renan, galeria de fotos dos ex-presidentes da CCJ

Comissão tem painel eletrônico para votações

Iniciativa faz parte do projeto de modernização do Senado, que inclui o Plenário e outras comissões. Sem custo para a União, os investimentos foram viabilizados com a venda da folha ao BB e à Caixa

MAIS UMA INICIATIVA para modernizar o espaço físico e os procedimentos do Senado foi lançada ontem com a inauguração do painel eletrônico de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, foi aberta a galeria de fotos dos ex-presidentes do colegiado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que essa iniciativa integra projeto maior de modernização, que engloba o Plenário e as demais comissões permanentes, com custo total inferior a R\$ 4 milhões. A captação dos recursos, segundo ele, ocorreu por meio da venda da folha de pagamento dos servidores da Casa ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

— Isso é a prova de nosso compromisso de fazer mais com menos. Modernizamos o funcionamento sem gastos para a União. Devolvemos recursos nos últimos dois anos

e vamos devolver este ano também — prometeu.

Renan destacou, na solenidade, a instalação de Comissão Permanente de Transparência no Senado, sugerida por João Capiberibe (PSB-AP). Essa decisão respalda, disse ele, o resultado de recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que revelou o Senado como a instituição 100% transparente dentro do Poder Legislativo brasileiro.

— É o legado que ficará desta Mesa Diretora: a melhor experiência de transparência em órgão público no país — afirmou Renan.

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), citou as medidas em prol da modernização dos trabalhos da comissão. Além do painel eletrônico de alta definição, para registro de presença e votação e exibição de audiências públicas, foram instalados na bancada computadores

com tela sensível ao toque. Os senadores poderão usá-los para votar, examinar a pauta, acompanhar notícias e mensagens.

Segundo ele, há outras inovações, como urna eletrônica para votação de autoridades, telão na entrada das Alas Alexandre Costa e Nilo Coelho, leitor de impressão digital para registro de presença e painéis decorativos inspirados em obras de arte do Senado para emoldurar as galerias de fotos.

Também participaram do evento ex-presidentes da CCJ, como Vital do Rêgo, hoje ministro do TCU, Eunício Oliveira (PMDB-CE), José Agripino (DEM-RN) e Edison Lobão (PMDB-MA). O vice-presidente da CCJ, José Pimentel (PT-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Roberto Rocha (PSB-MA) e João Capiberibe elogiaram os avanços tecnológicos ao processo legislativo da Casa.

Eleitos vice-presidentes da Representação no Parlasul

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e o deputado Edio Lopes (PMDB-RR) foram eleitos vice-presidentes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Já o vice-presidente do Parlamento do Mercosul pelo Brasil, que representará o país na Mesa Diretora da entidade, será o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Os nomes foram escolhidos ontem.

O presidente da delegação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi eleito no último dia 15. Os mandatos são de dois anos.

Integrada por 27 deputados e 10 senadores, com igual quantidade de suplentes, a representação tem as atribuições de elaborar pareceres sobre

todas as matérias de interesse do bloco regional que venham a ser submetidas à análise do Congresso, promover audiências públicas com entidades da sociedade civil, além de examinar propostas encami-

nhadas pelo Parlasul.

Todas as reuniões são públicas e as discussões e votações são abertas, exceto quando aprovado requerimento pela maioria dos presentes modificando o tipo de votação.



Paulo Bauer foi eleito vice-presidente da delegação, dirigida por Roberto Requião

Renan lembra 189 anos do Senado e cita avanços na transparência

A República nasceu no Senado, e a partir do Senado foram construídas as demais instituições brasileiras. Foi o que afirmou ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros, ao lembrar no Plenário os 189 anos da instituição.

Renan lembrou que foi em maio de 1826 que a primeira legislatura do Senado se reuniu e disse que o respeito à democracia tem marcado a instituição ao longo dos anos.

O Palácio Conde dos Arcos, no Rio, abrigou o Senado de 1826 a 1925. Desse ano até 1960, a Casa funcionou no Palácio Monroe, também no Rio. Em 1960, deu-se a mudança para a sede atual, em Brasília.

Renan disse que, em sua gestão, tem trabalhado para modernizar o Senado, corrigindo erros, fundindo órgãos e cortando despesas. Ele acrescentou que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Senado é a instituição mais transparente do país. Relatou que em 1º de maio propôs ao governo um pacto em defesa do emprego:

— O compromisso da Mesa e dos senadores é com a defesa da independência da Casa. Estamos atentos ao papel de fiscalizar, mas nunca deixamos de, construtivamente, fazer proposições.

Saiba mais sobre o Palácio Monroe: <http://bit.ly/PalacioMonroe>



O Palácio Monroe, no Centro do Rio, a sede do Senado entre 1925 e 1960

Senadores farão homenagem à TV Globo pelo 50º aniversário

O Senado fará uma sessão especial em 9 de junho para homenagear a TV Globo pelo 50º aniversário. O pedido de homenagem foi feito por Ronaldo Caiado (DEM-GO) e aprovado no Plenário ontem.

A emissora, fundada pelo jornalista Roberto Marinho, começou a transmitir em 26 de abril de 1965. Hoje a Globo é a principal emissora brasileira e uma das maiores redes de televisão do mundo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão extraordinária**
11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão deliberativa ordinária.
- CONGRESSO PEC da Bengala**
11h Sessão solene para promulgação da Emenda Constitucional 88, originada da PEC da Bengala.
- PRESIDÊNCIA Emenda 88**
11h Sessão solene do Congresso para promulgar Emenda Constitucional 88; às 11h30, sessão deliberativa extraordinária; às 12h30, recebe senador Aloysio Nunes e delegação venezuelana; às 15h, recebe representantes das redes de TV Band, Globo, Record, SBT e presidente da Abert.

- CRA Uso de genéricos na pecuária**
8h30 Audiência debate o uso de medicamentos genéricos na agropecuária.
- CDH Duas audiências públicas**
9h A Comissão de Direitos Humanos debate a situação dos fundos de pensão de empresas públicas. Às 15h, faz audiência interativa sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela.
- CRE Venezuela**
10h Audiência pública interativa para tratar da situação política da Venezuela.
- MULHER Violência obstétrica**
10h A Procuradoria da Mulher realiza audiência pública interativa para debater a violência na atenção obstétrica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto define a jornada em 44 horas semanais, reduz a contribuição previdenciária do empregador para 8% e cria fundo para facilitar o pagamento da multa em uma eventual demissão



Projeto que foi relatado por Jucá e Ana Amélia em diferentes comissões segue para sanção presidencial

Senadores aprovam regulamentação de direitos para o trabalhador doméstico

O SENADO APROVOU ontem o projeto que regulamenta direitos dos trabalhadores domésticos. O texto retoma o que havia sido aprovado pelos senadores há cerca de dois anos, com apenas alguns pontos mudados pela Câmara, como a possibilidade de dedução de despesas com empregados domésticos no Imposto de Renda. A proposta segue para sanção da presidente da República.

— Agora sim, nós acabamos de fechar a última senzala brasileira e abolir o último resquício da escravatura — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, que previu uma maior formalização de empregados domésticos.

O texto (PLS 224/2013) foi elaborado para regulamentar a Emenda Constitucional 72, promulgada em abril de 2013, resultante da PEC das Domésticas. Aprovado em julho de 2013 pelo Senado, o projeto seguiu para a Câmara, onde recebeu o aval dos deputados somente em março, com muitas mudanças. A proposta voltou ao Senado na forma de um texto alternativo elaborado pela Câmara (SCD 5/2015).

De acordo com o que foi aprovado ontem, empregado doméstico é aquele que presta serviços remunerados e sem finalidade lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial, por mais de dois dias por semana. A jornada regular é de até 8 horas diárias e 44 semanais.

Entre os pontos alterados pela Câmara e rejeitados pelos senadores, está o valor da contribuição do empregador

para o INSS. A Câmara havia previsto a contribuição de 12%, mas o Senado retomou a previsão de 8%. A redução é para compensar a cobrança de 0,8% para um seguro contra acidente e 3,2% para a rescisão contratual. Os 3,2% devem ir para um fundo, em conta separada, destinado a cobrir a multa de 40% no caso de demissão do empregado sem justa causa.

Essa forma de cobrança, também extinta pela Câmara, foi retomada no Senado, apesar de criticada por alguns senadores, como Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Telmário Mota (PDT-RR), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para eles, ao permitir que o empregador pague parceladamente o fundo destinado a cobrir a multa pela demissão sem justa causa, o projeto abre uma possibilidade maior para a dispensa do empregado.

Além disso, a multa volta para o empregador em caso de demissão com justa causa, o que poderia, segundo os críticos, levar a uma briga pelo dinheiro.

Ana Amélia (PP-RS), relatora da proposta em duas comissões do Senado, e Romero Jucá (PMDB-RR), relator do texto na Comissão Mista de Consolidação das Leis, defenderam o parcelamento.

Para eles, o fundo é uma poupança para que o empregador possa arcar com a multa, já que as famílias não têm a estrutura e os recursos das empresas.

Contribuição previdenciária pode ser deduzida do IR

Também incluída no texto pela Câmara, a dedução das despesas com a contribuição previdenciária relativa ao empregado doméstico no Imposto de Renda do empregador foi mantida pelo Senado. Para Ana Amélia, o texto precisa compensar os empregadores para evitar o aumento da informalidade e do desemprego.

— Não se pode onerar demasiadamente os encargos sociais e previdenciários a cargo do patrão, sob pena de o labor doméstico se tornar inviável — argumentou a senadora.

Todas as contribuições serão pagas em um único boleto bancário, por meio do regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico). O documento poderá ser retirado pela internet. O Ministério do Trabalho publicará portaria sistematizando o pagamento.

De acordo com o texto aprovado ontem, o trabalho que exceder 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remunera-

Principais pontos aprovados

- DEFINIÇÃO E CONTRATO**
 - O emprego doméstico é caracterizado quando um empregado trabalha acima de dois dias na semana em uma mesma residência. Empregador e empregado firmarão contrato de trabalho que poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ambas as partes, desde que pago o aviso-prévio na forma que prevê a CLT. O contrato de experiência poderá ter prazo inferior a 45 dias. É proibida a contratação de menor de 18 anos para fins de trabalho doméstico.
- JORNADA DE TRABALHO**
 - A jornada de trabalho é de 8 horas diárias e 44 horas semanais, mas o empregador poderá optar pelo regime de 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso. O intervalo para almoço vai de uma a duas horas, mas poderá ser reduzido para 30 minutos por acordo escrito entre empregador e empregado.
- BANCO DE HORAS**
 - O trabalho que exceder 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remuneradas. As horas extras deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.
- FGTS E INSS**
 - Ao todo, o empregador pagará mensalmente 20% de alíquota incidente no salário pago (8% FGTS + 8% INSS + 0,8% seguro contra acidente + 3,2% relativos à rescisão contratual).
- MULTA EM CASO DE DEMISSÃO**
 - A multa de 40% nas demissões será custeada por alíquota mensal de 3,2% do salário, recolhida pelo empregador em um fundo separado ao do FGTS. Essa multa poderá ser sacada quando o empregado for demitido, mas nas demissões por justa causa, licença, morte ou aposentadoria, o valor será revertido para o empregador.
- SUPERSIMPLES DOMÉSTICO**
 - Será criado no prazo de 120 dias após a sanção da lei. Por meio do SuperSimples, todas as contribuições serão pagas em um único boleto bancário, a ser retirado pela internet. O Ministério do Trabalho publicará portaria sistematizando seu pagamento.
- VIAGEM**
 - As horas excedidas pelo empregado durante viagens com a família do empregador poderão ser compensadas após o término da viagem. A remuneração será acrescida em 25%, e o empregador não poderá descontar dela despesas com alimentação, transporte e hospedagem.
- FÉRIAS E BENEFÍCIOS**
 - Os 30 dias de férias poderão ser divididos em dois períodos ao longo de um ano, sendo que um dos períodos deverá ser de no mínimo 14 dias.
 - O seguro-desemprego poderá ser pago durante no máximo três meses. O texto da Câmara previa o pagamento por cinco meses, assim como ocorre com os demais trabalhadores.
 - A licença-maternidade será de 120 dias.
 - O auxílio-transporte poderá ser pago por meio de "vale" ou em espécie.
 - O aviso prévio será pago proporcionalmente ao tempo trabalhado.
 - O trabalhador terá direito ao salário-família, valor pago para cada filho até a idade de 14 anos e para os inválidos de qualquer idade. Segundo a legislação do salário família, o empregador deve pagar diretamente ao empregado e descontar de sua parte da contribuição social todo mês.
- ACERTO COM A PREVIDÊNCIA**
 - Será criado o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos (Redom), pelo qual poderá haver o parcelamento dos débitos com o INSS vencidos em 30/4/2013. O parcelamento terá redução de 100% das multas e dos encargos advocatícios e de 60% dos juros. Os débitos incluídos no Redom poderão ser parcelados em até 120 dias, com prestação mínima de R\$ 100, e o parcelamento deverá ser requerido pelo empregador no prazo máximo de 120 dias contados a partir da sanção da lei. O não pagamento de três parcelas implicará rescisão imediata do parcelamento.
- FISCALIZAÇÃO**
 - As visitas do auditor fiscal do Trabalho serão previamente agendadas mediante entendimento entre a fiscalização e o empregador. Foi retirada do texto a previsão de visita sem agendamento com autorização judicial em caso de suspeita de trabalho escravo, tortura, maus-tratos e tratamento degradante, trabalho infantil ou outra violação dos direitos fundamentais.

A ideia recebeu elogios de parlamentares como Ronaldo Caiado (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O valor da contribuição do empregador ao INSS era um ponto polêmico. O governo calcula perda de R\$ 700 milhões ao ano com a redução. O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), se mostrou preocupado. No entanto, segundo Jucá, o cálculo está errado, porque há uma expectativa de maior formalização, o que aumentaria o valor arrecadado. Ele estima que o número de empregados formais passe de 1,5 milhão para 8 milhões.

As horas extras excedentes deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.

O texto também permite a cobrança do imposto sindical de empregados e empregadores. Para Romero Jucá, na prática isso não se aplicará aos empregadores porque não formam uma categoria econômica.

Vários senadores homenagearam a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), ex-empregada doméstica e relatora do texto na Câmara. Ela acompanhou a votação de ontem no Senado.

Em discurso, Ângela Portela explica pontos do projeto que beneficiam a classe

Ângela Portela (PT-RR) disse que as empregadas domésticas estão com os olhos voltados para o Senado, que concluiu a votação do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 72, que garantiu, para a categoria, todos os direitos dos demais trabalhadores.

Ela ressaltou, entre os benefícios dos domésticos, a fixação da jornada de trabalho em oito horas por dia. O que passar disso será considerado hora extra e poderá ser compensado conforme acordo feito por patrão e empregado ou pago em dinheiro

— Conforme aprimoramento feito pela Câmara, o pagamento deverá ser feito em até três meses. Se isso não ocorrer, o empregador terá de pagar o valor da hora adicional mais 50%. Isso significa dizer que nenhum empregado doméstico pode trabalhar mais de oito horas por dia, nem acima de 44 horas semanais. O que passar disso deve ser pago como hora extra — explicou.



Avança proposta que veda recondução para Mesa de assembleias e câmaras

Objetivo da PEC, que vai para o Plenário, é impedir que deputados e vereadores se perpetuem nos cargos de direção do Legislativo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que veda a recondução a cargo da Mesa de assembleia legislativa ou de câmara municipal na eleição seguinte (PEC 69/2011). A proposta, do ex-senador Vital do Rêgo, será votada no Plenário.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) declarou-se contrário. Para ele, a PEC viola o princípio de federação e a autonomia dos estados e municípios.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a intenção dos constituintes foi vedar a reeleição em qualquer circunstância:

— O objetivo era impedir que a estrutura do cargo e o poder que dele emana perpetuassem ou alongassem mandatos que deveriam ter na alternância um instrumento de novas ideias.

Segundo Aécio, em certo momento começou a haver a interpretação na Câmara e no Senado de que isso não se aplicaria a novas legislaturas.

— A reeleição é vedada para um mesmo mandato, mas permitida para os subsequentes. A interpretação originária é que não deveria haver a reeleição para mandatos subsequentes, mesmo de outras legislaturas.

Para ele, o relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO), favorável à PEC, repõe, “mesmo que



Senadores discutem na Comissão de Constituição e Justiça a proposta que trata da recondução às Mesas do Legislativo

parcialmente, esse sentimento, porque o estende [a vedação] às câmaras municipais e às assembleias legislativas”. Com apoio de Roberto Rocha (PSB-MA), Aécio apresentará uma emenda que explicita a vedação da recondução em todas as circunstâncias.

Defenderam a PEC José Pimentel (PT-CE), Benedito de Lira (PP-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Simone Tebet (PMDB-MS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Vai para a Câmara projeto que prevê voto distrital para vereador

Deve ir diretamente para a Câmara o projeto que institui voto distrital nas eleições para vereadores de municípios com mais de 200 mil eleitores (PLS 25/2015). A proposta, de José Serra (PSDB-SP), seria votada pelo Plenário do Senado em razão de recurso apresentado por um grupo de senadores.

Ontem, no entanto, foram

retiradas as assinaturas da proposta encaminhada à Mesa do Senado. Em consequência, o recurso deixa de atender a exigência regimental de ser assinado por no mínimo um décimo da Casa.

O projeto foi aprovado, em caráter final, em 22 de abril pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Comissão avalia senador licenciado em conselho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou para a próxima reunião, dia 13, a decisão sobre consulta de Douglas Cintra (PTB-PE) sobre a possibilidade de senador licenciado para ocupar função de ministro de Estado assumir vaga em conselho de administração de empresa pública ou sociedade de economia mista. Cintra é suplente do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), atual ministro do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Relator da consulta, Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou-se a favor dessa possibilidade e citou decisão semelhante da Câmara. Lá, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) aprovou parecer favorável à possibilidade de o deputado federal, no exercício do cargo de secretário estadual, exercer representação em conselhos de empresas cujo principal

acionista seja o estado.

Ronaldo Caiado (DEM-GO), porém, apresentou voto em separado afirmando que a faculdade para o parlamentar licenciar-se de seu mandato eletivo para exercer o cargo de ministro, conforme prevê a Constituição, não pode estender-se à participação como membro de conselho de administração de empresa pública, sociedade de economia mista ou de qualquer outro órgão da

administração pública.

Também autor de voto em separado, Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou argumento semelhante e lembrou a vedação a deputados e senadores de aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas pessoas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público.

Vanessa celebra novo plano para desenvolver setor agropecuário

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou o lançamento ontem, pela presidente Dilma Rousseff, do Programa Nacional de Defesa Agropecuária.

— Isso é importante para o Brasil, que é um dos países destacados na produção agropecuária, um grande exportador, um grande produtor. Traz mudanças, por exemplo, simplificando regras, desburocratizando e mantendo a qualidade sanitária de nossos

produtos, o que é fundamental para um desenvolvimento ainda maior do setor.

A senadora também destacou a regulamentação, que foi assinada pela presidente Dilma, das regras determinando a possibilidade de produção de genéricos para os medicamentos veterinários, além de acordo mantido entre os governadores do Amazonas, de Roraima e do Amapá para erradicação da febre aftosa nos estados.



Vanessa Grazziotin/Agência Senado

Flexa quer reinstalar subcomissão para conferir obras de Belo Monte

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informou que pediu a reinstalação da subcomissão da Comissão de Meio Ambiente (CMA) destinada a acompanhar as obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O senador relatou que recebeu vereadores de Altamira (PA) preocupados com o fato de que as ações para mitigar os efeitos da obra não ficarão prontas com a barragem da hidrelétrica. Isso preocupa também a subcomissão, afirmou.

Flexa explicou que as ações

mitigadoras devem ser feitas pelo governo, por meio da empresa Norte Energia. Uma delas é o saneamento básico de Altamira. As obras foram feitas, mas ainda não estão beneficiando a população, disse:

— Rede de água pluvial, de esgoto sanitário e de água sanitária, isso foi feito. Sabe o que a Norte Energia não fez? As ligações para as residências, ou seja, a água passa pela frente da residência e a residência não tem a água. Isso não é possível.

Pedido de vista adia votação sobre reajuste para o Judiciário

Pedido de vista de Delcídio do Amaral (PT-MS) adiou a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto que estabelece reajuste escalonado, em média de 59,49%, para os servidores do Judiciário (PLC 28/2015). Entretanto, não impediu uma intensa discussão em torno da proposta, que depende de suplementação orçamentária para começar a ser implementada em 2015.

Pelo parecer favorável do relator, José Maranhão (PMDB-PB), o aumento vai variar de 53% a 78,56%, em função da classe e do padrão do servidor. O pagamento deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017, e dependerá de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Como contrapartida, os órgãos do Judiciário terão de se esforçar para racionalizar as estruturas administrativas e reduzir funções de confiança no prazo de um ano.

“Quanto ao mérito, a majoração dos vencimentos dos servidores do Judiciário é tema de absoluta justiça. A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes do Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à prestação jurisdicional”, reconhece Maranhão, presidente da CCJ, no parecer.

Orçamento

Apesar de considerar o pleito legítimo, Delcídio justificou o pedido de vista por ser necessário um ajuste orçamentário prévio para não se aprovar “uma quimera”.

Romero Jucá (PMDB-RR), relator do Orçamento de 2015, fez um contraponto à posição do petista:

— Dou meu testemunho de que foi firmado um compromisso [na discussão do Orçamento de 2015] no sentido de buscar, este ano, a aprovação de uma lei [de reajuste para servidores do Judiciário] e a suplementação de recursos para atendê-la — disse Jucá, que garantiu voto favorável do PMDB.

Também apoiaram o aumento para o Judiciário, sem reajuste desde 2006, Eduardo Amorim (PSC-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Walter Pinheiro (PT-BA), José Medeiros (PPS-MT), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Proposta prevê aposentadoria compulsória de ministros de tribunais superiores aos 75 anos, não mais aos 70. Lei a ser elaborada pode ampliar medida a todo o funcionalismo

Congresso promulga hoje PEC da Bengala

A PEC DA Bengala, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores, será promulgada hoje, às 11h, informou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— No momento em que precisamos fazer o ajuste das contas públicas, essa emenda à Constituição talvez seja o maior ajuste. Inicialmente nós votamos essa proposta de emenda à Constituição para os tribunais superiores, mas essa regra vai prevalecer em toda a administração [pública], porque é uma imposição dos tempos em que vivemos — disse.

Apresentada em 2003 pelo então senador Pedro Simon, a PEC 42/2003 foi aprovada pela Câmara antontem.

Segundo a proposta, a aposentadoria compulsória aos 75 anos será adotada de imediato para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). Ela deverá ser ampliada para todos os servidores públicos em uma futura lei complementar.

A alteração na idade de aposentadoria terá grande impacto no STF. Até 2018, cinco ministros alcançarão 70 anos e serão aposentados, pela norma atual. Dessa forma, a presidente Dilma Rousseff terminaria o mandato tendo escolhido a maioria dos mi-

nistros. Com a PEC da Bengala, ela perderá esse poder se os ministros permanecerem no cargo até os 75.

Um levantamento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) exemplifica que o modelo brasileiro — que prevê a aposentadoria obrigatória do ministro do STF que completar 70 anos — só tem equivalência na Áustria e na Bélgica. Itália, França, Espanha e Portugal não estabelecem idade para aposentadoria, mas mandatos para os ministros. Nos três primeiros países, o mandato é de nove anos, enquanto o modelo português estabelece seis anos.

A Alemanha combina os dois critérios: além do mandato de 12 anos, há limite de idade de 68 anos para os juizes ocupantes da corte constitucional.

Nos Estados Unidos, não há mandato nem limite de idade. O juiz indicado à Suprema Corte tem mandato vitalício.

A AMB é contra a proposta aprovada. A instituição aponta que a PEC vai subir de 17 para 22 anos o tempo médio em que um ministro ocupará o cargo no STF. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estima a AMB, o magistrado que hoje passa 19 anos no cargo passará a ocupar a posição por 24 anos.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala à imprensa sobre PEC da Bengala

Renan diz não entender por que Dilma é contra proposta

Para Renan Calheiros, entender para 75 anos a idade da aposentadoria obrigatória dos ministros dos tribunais trará mais economia para o país, visto que permanecerão na ativa por mais cinco anos, con-

tribuindo para reduzir os gastos previdenciários. Segundo o presidente do Senado, com a regulamentação, em futuro próximo, a norma alcançará todos os funcionários públicos, gerando mais economia para

os cofres da Previdência.

— Em um momento de dificuldade para o país, o Congresso Nacional faz opção de não politizar o Supremo Tribunal Federal. Os ministros ficarão por mais cinco

anos. É evidente que reduz a despesa. Não entendi por que a presidente Dilma Rousseff e [o vice] Michel Temer ficaram contra essa proposta, porque ela ajuda no ajuste — disse Renan.

Serra quer compulsória aos 75 anos para todos os servidores

José Serra (PSDB-SP) apresentou ontem projeto que estende para todo o serviço público federal, estadual e municipal, nos três Poderes, as mesmas condições da aposentadoria compulsória aprovadas esta semana na Câmara.

A proposta (PLS 274/2015) faz parte da regulamentação da PEC da Bengala, que altera

de 70 para 75 anos de idade a aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores.

O projeto beneficia servidores efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além dos membros do Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais de contas e dos conselhos de contas.

O senador ressaltou que muitos servidores estão se aposentando aos 70 anos sem receber o benefício integral, em virtude de mudanças constitucionais. Nos últimos cinco anos, revelou, 2,6 mil servidores federais foram aposentados por idade.

— A aposentadoria obrigatória aos 70 anos para pessoas com condições de trabalhar

não faz sentido — afirmou.

Serra destacou ainda que, se aprovada, a proposta significará economia aproximada de R\$ 800 milhões a R\$ 1,4 bilhão por ano no próximo meio século.

— Teremos oportunidade no Senado de examinar este projeto, ter um debate livre e democrático. E, se Deus quiser, rápido.

Comissão sabatina jurista indicado ao STF na terça-feira

A sabatina do jurista Luiz Edson Fachin, indicado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), será às 10h de terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os cidadãos já podem enviar aos senadores informações sobre o indicado ou perguntas a serem feitas a ele por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

Em 29 de abril, o relator na CCJ, Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou relatório concluindo que o indicado reúne formação, experiência profissional e demais atributos necessários para o cargo. José Maranhão (PMDB-PB), presidente da CCJ, concedeu vista coletiva à matéria, conforme o regimento. Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta na comissão, seguindo para o Plenário.

Fachin é gaúcho, mas fez carreira no Paraná. Professor da Universidade Federal do Paraná, fez mestrado e doutorado



Fachin foi indicado por Dilma para vaga que foi de Joaquim Barbosa

na PUC-SP, pós-doutorado no Canadá e é pesquisador do Instituto Max Planck, da Alemanha.

O nome de Fachin, no entanto, não é consenso e deverá enfrentar questionamentos, como o apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) em reunião da comissão, quando apontou irregularidade no fato de o indicado ter exercido advocacia privada já como procurador do estado do Paraná, o que, conforme o senador, contrariaria lei estadual.

Humberto: Congresso já pode votar ajuste fiscal

Humberto Costa (PT-PE) disse que o Congresso Nacional está pronto para votar as medidas provisórias que tratam do ajuste fiscal. Ele lembrou que houve muitas negociações entre parlamentares, governo e movimentos sociais para que se chegasse a um consenso.

O senador ressaltou que foi reduzida de 18 meses para 12 meses a carência para o primeiro pedido do seguro-desemprego, reduzido de seis para três meses de vínculo formal para pagamento de abono salarial, de três anos para um ano o período de registro para que o pescador possa requerer o seguro-defeso e autorizado o acúmulo desse com outros benefícios e reduzido de 24 meses para 18 meses o prazo mínimo de contribuição para que a pensão por morte seja concedida ao cônjuge.



Genaldino Magela/Agência Senado

Fátima destaca notícias positivas na economia

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a notícia, publicada ontem pelo jornal *Valor Econômico* de que a volta do capital estrangeiro fez a bolsa subir 16% desde o início do ano. Também destacou o crescimento de investimentos externos de longo prazo.

A senadora também destacou notícia de que o Brasil está prestes a atingir 5 milhões de microempreendedores individuais. Ela lamentou, porém, que outros jornais tenham preferido destacar as manifestações, na terça, por descontentes com o governo.

— A convocação para o pannelo teve espaço farto na mídia, mesmo tendo sido pontual e mais frequente nas áreas nobres das cidades. Já o tuitaço em apoio ao governo ficou em primeiro lugar no Twitter Brasil e em quinto no mundo.



Genaldino Magela/Agência Senado

Amorim defende divisão de lucros com trabalhador

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a aprovação de projeto dele para regulamentar o artigo da Constituição sobre participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Para ele, a medida é importante neste momento em que o país necessita de mecanismos de proteção do emprego e reaquecimento da economia. Segundo ele, a prática já é adotada por muitos países, principalmente na Europa, mas nunca prosperou no Brasil, apesar de prevista na Constituição de 1946.

— O processo de participação nos lucros aumenta o esforço do trabalhador, reduz a tensão entre o trabalho e o capital e promove a melhoria no desempenho das empresas. .

Amorim também apoiou o pacto pelo emprego proposto por Renan Calheiros.



Genaldino Magela/Agência Senado

Aprovada em comissão mista, medida provisória tem como objetivos ajudar o governo no ajuste fiscal e proteger a indústria nacional da competição estrangeira

Avança MP que aumenta tributo de importados

COMISSÃO DE SENADORES e deputados aprovou ontem o relatório da Medida Provisória (MP) 668/2015, que elevou as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins na importação de bens e faz parte do pacote de ajuste fiscal enviado pelo governo ao Congresso. O Executivo justificou o aumento das alíquotas citando a necessidade de evitar que produtos fabricados no país paguem mais imposto do que os importados. O texto vai para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Para bens em geral, a MP elevou a alíquota do PIS-Pasep de 1,65% para 2,1% e a da Cofins de 7,6% para 9,65%. Assim, a maioria dos importados passa a pagar 11,75% nesses dois tributos, na soma das alíquotas. Contudo, o texto define percentuais específicos para diversas categorias de bens. Sobre produtos de perfumaria ou higiene pessoal, por exemplo, a soma das duas alíquotas sobe de 12,5% para 20%. A incidência das contribuições para veículos e máquinas importadas passa de 11,6% para 15,19%.

O relator da MP, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), informou que, das 107 emen-



Deputado Manoel Júnior e senador Antonio Anastasia na sessão em que a comissão mista aprovou o texto da MP

das recebidas, apenas 7 foram aceitas. Ele rejeitou sugestões consideradas estranhas ao conteúdo da MP e várias outras propondo desonerações a setores específicos da economia e até de atualização de tabela do Imposto de Renda.

Na Justiça

Manoel Junior lembrou que a questão da tributação de produtos importados foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF) em uma ação

que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo para produtos de importação. A MP, disse o relator, evita que a importação de mercadorias passe a gozar de tributação mais favorecida do que aquela incidente sobre os produtos nacionais, desprotegendo as empresas instaladas no país.

— Muito me honra relatar um tema como esse em um momento difícil para o Brasil. Tomara que nós consigamos executar o ajuste fiscal —

afirmou Manoel Junior.

O presidente da comissão mista, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o senador José Pimentel (PT-CE) e o deputado Walter Ithoshi (PSD-SP) elogiaram o trabalho do relator. Segundo Pimentel, o Ministério da Fazenda acompanhou o trabalho da comissão, e os ajustes feitos no texto contam com o apoio do governo.

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a MP é “muito importante para o momento

do país”. O senador disse, no entanto, que outras medidas terão de ser tomadas para colaborar com o aquecimento da economia. O deputado Afonso Florence (PT-BA) e o senador Benedito de Lira (PP-AL) também destacaram a importância da MP e o trabalho do relator.

— A matéria trata de questões difíceis de serem conciliadas, porque tem a ver com tributos. Mas o trabalho foi levado com habilidade e determinação — disse o senador.

Outros temas

A MP 668 ainda trata de hipóteses de vedação de direito a crédito em relação ao valor da Cofins-Importação.

O texto dispõe sobre o uso de valores oriundos de constrição judicial (penhora, arresto e outros mecanismos) depositados na conta única do Tesouro até 9 de julho de 2014 para quitação antecipada de dívidas referentes a programas de parcelamentos com a Fazenda Pública.

Também revoga a competência do Conselho Monetário Nacional (CMN) para dispor sobre aplicação dos recursos provenientes de captação de poupança.

Projeto limita acréscimo de preço em obra

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, projeto de lei de Ana Amélia (PP-RS) que estabelece limite máximo de 25% para acréscimos ao valor inicial de contratação de obras, serviços ou compras pela administração pública. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta (PLS 25/2012) seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

O projeto altera dispositivo da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) que permite acréscimos que vão de 25%, em contratos de obras, serviços ou compras, a 50%, no

caso de reforma de edifício ou equipamento. O relator, José Agripino (DEM-RN), se manifestou a favor do projeto:

— Na hora em que se assina um contrato onde está autorizado automaticamente um reajuste de 50%, o planejamento fica fraturado. Com um reajuste limitado a 25% para obra de qualquer espécie, volta a obrigação de se propor preços que possam ser cumpridos — considerou o senador.

Ao longo da discussão na CCJ, Ana Amélia se disse satisfeita que uma proposta dela estivesse inaugurando o painel eletrônico de votações da comissão.

Eduardo Amorim (PSC-SE) acredita que a medida vai trazer um benefício enorme aos cofres públicos, ao impedir reajustes nas licitações bem acima dos valores iniciais.

Apesar de avaliar a modificação como importante, Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu uma revisão geral na Lei de Licitações.

— Não posso aceitar uma lei que reja desde a construção de uma usina atômica até a compra de lápis pelo poder público — afirmou.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou a necessidade de maior controle sobre as notas fiscais de compra de materiais em construções e reformas, para evitar “conluíus” entre fiscais de obra e empreiteiros.

O único voto contrário ao PLS 25/2012 foi dado por Omar Aziz (PSD-AM). Na opinião dele, a Lei de Licitações foi sábia ao permitir um aditamento de até 50% no valor inicial de obras públicas.

— Essa lei não exige projeto executivo, apenas o básico. Quando um obra começa, ninguém é capaz de dizer como está o comprometimento da estrutura. Vou votar contra por entender que não é dessa forma que vamos coibir superfaturamento — declarou o parlamentar.



Flexa (D) propôs o debate, que, por sugestão de Viana, reunirá 3 comissões

Nelson Barbosa deve falar sobre “pedalada fiscal” em audiência

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, será convidado a explicar supostas manobras fiscais do governo, denominadas de “pedaladas”, em audiência pública a ser promovida em conjunto pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Requerimento prevendo a participação da CMA, proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado na terça-feira.

Conforme notícias veiculadas na imprensa, o governo teria atrasado o repasse de recursos do Tesouro para me-

lhorar o resultado das contas públicas. Esses atrasos teriam ocorrido em despesas sociais e trabalhistas, como o Bolsa Família e abonos salariais.

Inicialmente, Flexa previa fazer o debate apenas na CMA, mas seguiu sugestão de Jorge Viana (PT-AC) para o debate com as outras comissões. O encaminhamento foi acolhido pelo presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA). Ainda por sugestão de Flexa, será também convidado o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz.

A data da audiência será decidida pelas três comissões, após consulta aos convidados.



Aécio Neves conversa com Agripino, que deu parecer favorável à proposta

Senado requer auditoria sobre operações do BNDES

Iniciativa de Cássio Cunha Lima aprovada ontem no Plenário pede que o TCU apure indícios de irregularidades em empréstimos a empresas e a governos estrangeiros, como Cuba e Venezuela

O SENADO VAI solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigue possíveis irregularidades nas operações de crédito do BNDES concedidas a entidades privadas e governos estrangeiros a partir de 2007. O requerimento para o pedido de auditoria (RQS 378/2015), de iniciativa de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado ontem pelo Plenário.

O objetivo é que o TCU verifique a regularidade nas operações e os critérios utilizados no processo de escolha das entidades beneficiadas. Cássio justifica o pedido dizendo que, “infelizmente, há indícios de malversação de recursos públicos” na administração



Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, um dos empréstimos sob suspeita

do banco. Segundo o senador, pesam sobre os investimentos do BNDES, além da falta de transparência quanto aos termos e garantias dos empréstimos concedidos, sérias dúvidas quanto à licitude de suas finalidades.

Ele cita alguns exemplos considerados “nebulosos” de operações do BNDES, como o Porto de Mariel, em Cuba, as Hidrelétricas de San Francisco e de Manduriacu, no Equador, e o metrô em Caracas, na Venezuela, entre outros.

Lido pedido de criação da CPI dos Fundos de Pensão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu na sessão do Plenário de ontem o requerimento para criação da CPI dos Fundos de Pensão, protocolado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS).

Os senadores tiveram até meia-noite para retirar ou acrescentar assinaturas. A

partir de hoje, se confirmado o número mínimo de 27 assinaturas, os líderes partidários têm cinco dias para indicar seus representantes na comissão, que terá 11 assentos. Caso as indicações não sejam feitas nesse prazo, caberá à Presidência do Senado preencher as vagas ainda em aberto.

O objetivo da criação da

CPI é coletar informações a respeito dos investimentos realizados por fundos de pensão de empresas estatais, tais como o Petros (Petrobras), Postalís (Correios) e Previ (Banco do Brasil). Senadores de oposição têm criticado a falta de transparência e a má aplicação dos recursos que compõem os fundos.

CPI do Assassinato de Jovens no Brasil é instalada

Foi instalada ontem a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que pretende investigar o assassinato de jovens no Brasil. Lídice da Mata (PSB-BA) será a presidente do colegiado. O cargo de vice-presidente ficou com Paulo Paim (PT-RS) e o de relator, com Lindbergh Farias (PT-RJ).

Uma das primeiras ações sugeridas pela presidente da comissão é convocar reunião com os integrantes da CPI da Violência contra a Juventude Negra, em curso na Câmara dos Deputados. Eventualmente, explicou Lídice, poderão ocorrer ações que mobilizem as duas CPIs e uma poderá contribuir com a outra.

A senadora disse que inicialmente a comissão irá ouvir pesquisadores e especialistas no tema da violência contra jovens no Brasil.

— Após isso, vamos fazer um plano de trabalho, buscando identificar as cidades e regiões onde estão concentrados os maiores índices de violência e de incidência da morte de jovens. Vamos também ouvir os familiares desses jovens para investigar em que circunstâncias ocorreram as mortes e



Paim é o vice-presidente e Lídice, a presidente da comissão. Lindbergh é relator

falar com as autoridades locais para saber quais providências foram tomadas.

Paim destacou estatísticas que apontam que, de cada dez jovens assassinados no Brasil, oito são negros.

Lindbergh acrescentou que existe uma “política de extermínio da juventude” no país. O senador citou dados que revelam que, dos 56 mil homicídios registrados por ano no Brasil, 53% das vítimas são jovens e 68% são jovens negros.

— A partir da CPI, temos um leque de questões a serem discutidas. Por exemplo: segurança pública, reforma das polícias, discussão sobre redução ou não da maioria penal e essa política de guerra e repressão às drogas, que acaba matando muitos jovens e também muitos policiais.

A CPI tem prazo de 180 dias

de funcionamento. A proposta inicial é de que a comissão se reúna nas segundas-feiras às 19h, com realização de audiências públicas. As reuniões também poderão ocorrer em outros estados, o que deverá ser definido na próxima semana, em reunião sobre plano de trabalho do colegiado.

Lídice disse acreditar que um dos trabalhos do colegiado será o de verificar em que condições se encontram as casas de atendimento, para investigar se também jovens infratores são vítimas da violência. Lídice lembrou que, entre os objetivos da CPI, estão, além da averiguação, a apresentação de propostas para modernizar a legislação e garantir maior proteção aos jovens. (Com informações da Assessoria de Imprensa da senadora Lídice da Mata)

Procuradoria da Mulher debate sobre violência obstétrica

A violência obstétrica será tema de debate no Senado. O evento, marcado para hoje, às 10h, é promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, com o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Conforme o Fórum Mundial de Direitos Humanos, a violência obstétrica é qualquer intervenção realizada na mulher grávida, parturiente ou puérpera (aquela que deu à luz recentemente), ou ao bebê, feita sem o consentimento da mulher. As práticas podem ferir a integridade física, mental e emocional.

A Defensoria Pública de São Paulo cita como exemplos o agendamento de cesarianas para atender à conveniência do médico e o impedimento da entrada do acompanhante na hora do parto. Entram na

lista o uso de substâncias para acelerar o parto, como a ocitocina e o impedimento do contato da mãe com o bebê logo após o procedimento.

Participam a coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Esther Vilela; o promotor da Procuradoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde, Maurício Miranda; e representantes da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento, da Associação Brasileira de Enfermagem e da Federação das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 10h

► **Envie sua pergunta ou sugestão:**

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

► **Portal e-Cidadania:**

www.senado.leg.br/ecidadania

► **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

► **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

► **TV:** www.senado.leg.br/TV

Indicação de condutor principal de veículo volta à Câmara

O proprietário poderá indicar ao órgão executivo de trânsito quem é o principal condutor do veículo, como filhos, parentes ou motorista profissional. O projeto, que teve origem na Câmara (PLC 60/2013), recebeu substitutivo de José Pimentel (PT-CE) e foi votado ontem, em turno suplementar e final, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Essa alteração do Código de Trânsito Brasileiro vai permitir agilizar a identificação do infrator. Caso não seja o condutor principal do veículo, nem o proprietário, os dois terão prazo de 15 dias após serem notificados da autuação para apresentar justificativas ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O motorista indicado deve aceitar expressamente a condição de condutor principal para que isso tenha validade. O seu nome será inscrito no cadastro do veículo no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

Assim, ele assume a responsabilidade de responsabilidade pelas infrações de trânsito cometidas com o veículo. Atualmente essa responsabilidade cabe ao proprietário, que enfrenta grande burocracia para transferir as sanções devidas. Esse procedimento só precisará ser executado se o infrator real não for o condutor e nem o proprietário.

Caso o veículo seja vendido, o principal motorista tem seu nome automaticamente desvinculado do Renavam. Outras hipóteses de exclusão do nome do condutor principal são a indicação de outra pessoa para essa condição ou por requerimento do próprio condutor ou do proprietário do veículo.

Essas possibilidades de exclusão foram incluídas por Pimentel no texto original do deputado José Mentor (PT-SP). Pimentel também modificou a forma de identificação do principal condutor. O projeto retorna à Câmara.



Multa de trânsito: projeto responsabiliza motorista indicado pelo proprietário

Debate sugere ajuste em projeto sobre bolsistas

Participantes de audiência na CE mostraram receio quanto à aplicação prática de proposta que obriga universitário com bolsa da União a prestar serviços em escolas públicas

ESPECIALISTAS DEFENDERAM ONTEM mudanças no projeto que obriga bolsistas de programas da União a colaborar com as escolas públicas de educação básica. Em debate na Comissão de Educação (CE), eles elogiaram a iniciativa, mas manifestaram preocupação com a forma de colocar a proposta em prática.

O texto (PLS 224/2012), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que os universitários prestem serviços de divulgação, formação e informação científicas por pelo menos quatro horas semanais. Seria uma forma de devolverem à sociedade parte do conhecimento adquirido por meio de programas que têm recursos públicos.

O diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC, Dilvo Ristoff, alertou para a existência de dezenas de tipos de bolsas oferecidas pelo governo, o que dificultaria a aplicação da lei:

— Cada um dos programas tem um mundo próprio com peculiaridades. O projeto se aplica a todos esses bol-

sistas? Em caso afirmativo, teremos muitas dificuldades, pois são situações muito distintas. Temos bolsas de caráter totalmente social e outras mais meritocráticas, ligadas ao talento do estudante — afirmou.

Segundo ele, o projeto deveria definir quais bolsistas seriam obrigados a colaborar ou deixar claro que caberia ao Ministério da Educação definir.

Para o secretário de Educação do Distrito Federal, Júlio Gregório Filho, a ideia é bem-vinda, mas não pode estar desvinculada da reestruturação do currículo da educação básica.

— Uma proposição como essa tem que estar acoplada à reforma curricular do ensino médio, senão vira algo mais para o gestor da escola administrar.

Para o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Adão Francisco de Oliveira, e a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho, a obrigatoriedade precisa ser reavaliada. Além disso, afirmaram que nem todas as áre-



Senadora Lídice da Mata (3ª à esq.) coordena a audiência que reuniu especialistas em educação

as universitárias têm influência direta ou são necessárias à educação básica. Por isso, nem todos os bolsistas teriam condições de dar uma contribuição útil aos estudantes do ciclo básico.

Já o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo, disse que o jovem estudante precisa mesmo ter contato com a carreira de pesquisador para que desenvolva o gosto

pela iniciação científica. Porém, na opinião dele, já existe uma excessiva regulamentação das universidades, o que retira a autonomia das instituições.

A relatora do projeto, senadora Ana Amélia (PP-RS), disse que levará em conta as sugestões na elaboração do parecer sobre o texto. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) avaliou ser preciso debater mais o assunto.

Senado aprova novo embaixador do Brasil na Austrália

O Plenário aprovou ontem a indicação da Presidência da República do nome de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Austrália — e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, em Papua-Nova Guiné, no Vanuatu, em

Fiji e em Nauru.

Entre as funções já desempenhadas por Santos Júnior, estão a de cônsul-geral-adjunto em Toronto, Canadá; embaixador em São Tomé e Príncipe, de 2006 a 2009; embaixador na Indonésia, entre 2009 e 2011; e cônsul-geral em Faro,

Portugal, de 2011 até agora.

A comunidade da Austrália tem 23 milhões de habitantes, em uma área de 7,7 milhões de quilômetros quadrados. A economia australiana cresceu 3,1% em 2014 e o desemprego limitou-se a 6% da população economicamente ativa.

Mesmo assim, segundo Santos Júnior, os números relativos ao comércio bilateral têm sido desfavoráveis ao Brasil. Dos US\$ 2,7 bilhões do intercâmbio no ano passado, US\$ 1,9 bilhão refere-se a exportações da Austrália e apenas US\$ 800 milhões a

exportações brasileiras.

O diplomata afirmou que pretende promover uma missão comercial brasileira na Austrália, além de estimular a cooperação na área de educação e a troca de informações sobre temas como o meio ambiente.

Situação política da Venezuela será avaliada por comissões

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza hoje, às 10h, uma sessão para debater a situação política da Venezuela, com a presença das mulheres de dois líderes opositores que se encontram na prisão. A iniciativa é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

No mesmo dia, às 15h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz uma audiência pública para ouvir o defensor do povo da Venezuela, Tarek William Saab, que vai falar sobre a situação dos direitos humanos no país vizinho. A iniciativa é dos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e

Donizeti Nogueira (PT-TO).

Na CRE, falará Lilian Tintori, casada com Leopoldo Lopez, ex-prefeito de Chacao, que se encontra detido desde fevereiro de 2014, acusado de ter incitado violência nas manifestações contra o chavismo que resultaram em 43 mortes.

Também será ouvida Mitzy Capriles, casada com o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. Em pleno exercício do mandato, ele foi preso em janeiro por agentes do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin), sob a acusação de integrar uma conspiração para derrubar o

presidente Nicolás Maduro.

Anteontem, o Plenário do Senado aprovou um voto de censura ao governo da Venezuela pela prisão arbitrária de políticos opositores do regime. A prisão viola as cláusulas democráticas do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul.

Um relatório da Anistia Internacional, de março, aponta a ocorrência de violação de direitos humanos na Venezuela, passado mais de um ano das manifestações favoráveis e contrárias ao governo de Maduro ocorridas entre fevereiro e julho de 2014.

Renan aconselha governo do Brasil a ouvir opositores de Nicolás Maduro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que se reunirá hoje no gabinete da Presidência com representantes da oposição venezuelana. Ele aconselhou o governo federal a adotar a mesma postura.

— Sugiro que o governo ouça a voz da oposição da Venezuela. É muito importante ouvir a oposição e sugiro ao governo federal que a receba

também — disse.

Renan terá encontro com Mitzy Capriles e Lilian Tintori, mulheres de líderes opositores da Venezuela que estão presos por determinação do governo de Nicolás Maduro. Elas também falarão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que debaterá a situação dos direitos humanos no país vizinho.

Audiência vai discutir campos de petróleo na Amazônia

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem requerimentos para audiências públicas.

Um deles, do presidente da CDR, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), convida o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, e o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para discutirem os resultados das 11ª e 12ª rodadas de licitações de blocos exploratórios de pe-

tróleo na Bacia do Amazonas.

— Desde maio de 2013, quando foram feitas as licitações, que dizem que a região poderia se transformar na nova meca do petróleo. Mas até agora pouco tem sido informado sobre os resultados práticos das licitações — afirmou Alcolumbre.

Para o debate, foram ainda convidados os presidentes das empresas Queiroz Galvão, British Petroleum, BHP, OGX,

Total, Ecopetrol e Brasoil, vencedoras da licitação.

Também foi aprovado requerimento de Simone Tebet (PMDB-MS) para discutir a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais para as Regiões Nordeste (FNE), Centro-Oeste (FCO) e Norte (FNO) com os presidentes do Banco do Brasil, Alexandre Abreu; do Banco do Nordeste, Nelson Sousa; e do Banco da Amazônia, Valmir Rossi.

— Cabe aos bancos definir as políticas de aplicação para os recursos, por isso eles cumprem papel simplesmente fundamental no desenvolvimento das regiões menos favorecidas — lembrou a senadora.

O presidente da CDR confirmou para quarta-feira duas audiências com o objetivo de instruir o projeto sobre fixação das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais (PRS 1/2013).

O relator da proposta é Wellington Fagundes (PR-MT), que lembra a importância do projeto no combate à guerra fiscal. Para as audiências, foram convidados representantes do Ministério da Fazenda e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), entre outros.

Davi também confirmou audiência com o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, no dia 20.



Combate à doença em Porto Alegre: epidemia é concentrada em 7 estados com mais de 300 casos por 100 mil habitantes

Comissão ouvirá ministro e prefeitos sobre dengue

Senadores discutirão com autoridades formas de controlar a epidemia, que neste ano já deixou 746 mil pessoas doentes no país. Laboratórios que buscam vacina contra o mal também participarão do debate

O MINISTRO DA Saúde, Arthur Chioro, será um dos convidados para debater na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a epidemia de dengue no país. Quem sugeriu a audiência pública foi Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o pedido foi aprovado ontem. A data ainda será marcada. Para o senador, é necessário conhecer as estratégias e ações do governo para enfrentar a epidemia.

Serão também chamados dois prefeitos para relatar as dificuldades que enfrentam para combater o *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue — o titular de um município rico e outro de um município pobre que estejam igualmente lutando contra a doença.

Em princípio, a ideia é trazer os prefeitos de São Paulo, Fernando Haddad, e de Cruzeiro do Sul (AC), Vagner Sales. A inclusão de dois prefeitos entre os convidados foi solicitada por Sérgio Petecão (PSD-AC).

Para Petecão, não adianta

apenas ouvir as autoridades federais, pois a dengue está nos municípios, que quase sempre não dispõem de meios e infraestrutura para evitar a proliferação do mosquito. A seu ver, o depoimento de prefeitos pode ajudar nas soluções. Antes, Otto Alencar (PSD-BA) já havia criticado a tendência de municípios e estados serem culpados pelo problema.

A lista de convidados inclui a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e laboratórios que estão pesquisando uma vacina contra a dengue.

Transplante de órgãos

Até 18 de abril, foram registrados em todo o país 746 mil novos casos de dengue. O ministro Chioro admitiu na segunda-feira que os números devem crescer. A epidemia é concentrada em sete estados, onde as ocorrências estão acima de 300 casos por 100 mil habitantes (Acre, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Norte e Paraná).

Foi também aprovado um

pedido de audiência para que seja ouvido pela comissão o médico nefrologista José Osmar Medina Pestana, que dirige o programa de transplantes do Hospital do Rim e Hipertensão, da Fundação Oswaldo Ramos, ligada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O pedido de audiência foi feito por Waldemir Moka (PMDB-MS), que deseja obter do especialista informações para subsidiar relatório ao PLS 21/2014, que obriga operadoras de planos e seguros de saúde a cobrir os custos de exame de morte encefálica para viabilizar a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo para fins de transplantes e tratamentos.

Os projetos de lei que estavam agendados para votação na reunião do dia foram transferidos para a próxima semana por dois motivos principais: em decorrência de pedido dos relatores ou por insuficiência de quórum para deliberação no caso das matérias terminativas.

Audiência trata hoje da situação de fundos de pensão

A situação dos fundos de pensão Funcef, Previ, Petros, Postalís, Fundação Banrisul e Igeprev será debatida hoje em audiência pública interativa organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com Paulo Paim (PT-RS), que pediu a audiência, o objetivo é aprofundar o assunto, pois o senador entende que está havendo o uso indevido do dinheiro dos trabalhadores.

— Infelizmente nós estamos vendo que os fundos de pensão estão apresentando resultados negativos, o que vai trazer um prejuízo enorme para os atuais e futuros aposentados

e pensionistas. Por isso, queremos cortar o mal pela raiz — afirmou.

Os supostos desvios envolvendo recursos dos fundos de pensão são objeto de um pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) protocolado pelo líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB). A leitura do requerimento de criação da CPI ainda não foi feita em Plenário, pois depende de decisão do presidente Renan Calheiros.

O objetivo da CPI é investigar prejuízos decorrentes dos investimentos realizados pelos fundos de pensão de empresas estatais. Em discurso no Plenário, Aloysio Nunes

Ferreira (PSDB-SP) afirmou que mais da metade dos prejuízos contabilizados pela chamada indústria dos fundos de pensão provém exatamente de déficits decorrentes de operações realizadas no âmbito das empresas estatais.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Projeto prevê seguro em caso de calamidade para autônomos

Trabalhadores e profissionais autônomos poderão acessar linha de crédito especial em razão de prejuízos por calamidade natural. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 36/2011, que está pronto para ser votado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo texto, o trabalhador que tem carteira assinada por no mínimo seis meses passa a ter direito a seguro, a ser pago em parcela única, no valor máximo de duas vezes o teto do seguro-desemprego, ou seja, o total de R\$ 2.771,82.

Já profissionais autônomos e empreendedores individuais poderão acessar linha de crédito especial, ofertada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), não superior a três vezes o teto do seguro-desemprego, o que corresponde hoje a R\$ 4.157,73. O pagamento do empréstimo terá carência mínima de seis meses, com a devolução do valor ao FAT em até 36 parcelas, a uma taxa de juros não superior a 6% ao ano.

A proposta, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Tem voto favorável do relator, Benedito de Lira (PP-AL), na forma de substitutivo. Se for aprovada, precisará ser submetida a tur-

no suplementar de votação.

Na pauta da CAS está também o Projeto de Lei do Senado (PLS) 544/2013, que proíbe planos de saúde de recusar tratamento a pessoas com malformações congênitas e doenças raras. Hoje, esses pacientes são rejeitados sob a alegação de que sofrem de moléstias preexistentes.

De Vicentinho Alves (SD-TO), o texto prevê que a eventual negativa de autorização de cobertura pela operadora será fundamentada e imediatamente comunicada, por escrito, ao beneficiário, ao profissional responsável pela assistência e à instituição solicitante. Para o autor, as pessoas com malformações congênitas são discriminadas por utilizarem com mais frequência a assistência à saúde, sendo a alegação mais comum a de preexistência da doença. As principais vítimas seriam as portadoras da síndrome de Down, “às quais os planos de saúde constantemente negam autorização de tratamentos, sob a alegação de preexistência dos males decorrentes da síndrome”.

O projeto já foi aprovado na CAE. Na CAS, teve voto favorável do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), na forma do substitutivo, que, se aprovado, será submetido a turno suplementar.

Jucá quer mais oftalmologistas na rede pública

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que vai trabalhar para que seja votado logo projeto que ele apresentou há poucos dias para garantir atenção primária em oftalmologia no Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive no Programa Saúde da Família.

Embora o Ministério da Saúde já tenha portaria sobre o assunto, o senador acredita que o ideal seja tratar da assistência oftalmológica no SUS por meio de lei. Com isso, ele quer garantir atendimento universal voltado à saúde dos olhos para todos os brasileiros.

Segundo Jucá, a proposta “prevê a aquisição de unidades de atenção primária à oftalmologia, serviço de oftalmologia no núcleo de apoio à saúde da família, aquisição de equipamentos e insumos, aquisição e distribuição de medicamentos necessários ao tratamento ocular; enfim, uma série de providências que vão melhorar o atendimento à saúde no Brasil, um desafio”.

Jader critica Vale por proposta de siderúrgica no Ceará

Jader Barbalho (PMDB-PA) criticou a recente assinatura de contrato entre a Vale e um banco da Coreia do Sul que concede US\$ 2 bilhões à empresa para implantação da Siderúrgica de Pecém (CE).

O senador disse estar perplexo com a assinatura do contrato e ressaltou que todos os estados precisam ter asseguradas condições mínimas de desenvolvimento, sobretudo o Pará, que forma a maior província mineral do país.

Ele cobrou a conclusão de empreendimentos no Pará, entre eles uma siderúrgica em Marabá, cujo projeto foi arquivado pela Vale, e o Pedral do Lourenço, que amplia a navegabilidade no Rio Tocantins.

— Relações de troca tão desiguais não podem perdurar por mais tempo. O Pará não pode continuar sendo tratado impunemente como objeto de esbulho e espoliação, sob o risco de perpetuar sua situação de pobreza.



Marcos Moraes/Agência Senado



Padilha diz, em audiência presidida por Garibaldi Alves Filho e Davi Alcolumbre (D), que, apesar do ajuste, verba para financiar o programa é garantida por fundo

Programa de aviação regional ainda é “peça de ficção”, afirmam senadores

Ministro de Aviação Civil diz, em debate, que tem apoio de Dilma para plano, que prevê reforma e construção de 270 aeroportos, sair do papel

LANÇADO EM 2012 pela presidente Dilma Rousseff, o Programa de Aviação Regional ainda é uma “peça de ficção”, segundo a maior parte dos senadores que participaram ontem de reunião conjunta das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A principal ambição do plano é a de ampliar o acesso da população ao transporte aéreo, fazendo com que 96% da população esteja a menos de 100 quilômetros de um terminal. Para isso, estão previstas a construção e a reforma de 270 aeroportos regionais no país. Segundo o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, que participou da audiência, a aviação regional é prioritária para o governo.

Mas a apresentação do ministro não convenceu todos os senadores. Vários criticaram a demora em “tirar o programa do papel”.

— Há alguns anos acompanhamos o desenvolvimento de programas do governo federal, me perdoe a sinceridade, que se transformaram em PowerPoint. Eles são colocados, mas, na prática, estão se transformando em projetos de ficção — criticou Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O ajuste fiscal do governo intranquiliza os senadores,

que temem que o contingenciamento prejudique o cronograma de obras. Rose de Freitas (PMDB-ES), Lasier Martins (PDT-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foram alguns que manifestaram preocupação com a possibilidade de cortes no programa.

Eliseu Padilha explicou que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) garantem o financiamento do programa. O Fnac recebe dinheiro das taxas aeroportuárias e das concessões de aeroportos, como os de Guarulhos, Campinas e Brasília, leiloados em 2012, e Galeão e Confins, em 2013. Neste ano, o fundo deve arrecadar mais de R\$ 4 bilhões, conforme estimativa da pasta. Contudo, Padilha admite que

existe uma “disputa legítima” entre o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Aviação Civil em torno do contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil:

— Tomar [o dinheiro do fundo] é impossível, o que pode é ele ficar retido no caixa.

Padilha enfatizou que considera importante o ajuste fiscal promovido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, mas reiterou que a presidente Dilma lhe garantiu apoio para fazer o programa decolar.

— Nós temos é que progressivamente fazer com que os programas que são essenciais à Presidência e ao governo, ao povo brasileiro, não sejam estancados totalmente naquilo em que sejam indispensáveis,

em decorrência do ajuste.

O ministro destacou também as perspectivas para o crescimento do setor. Segundo ele, os aeroportos vão triplicar a capacidade nos próximos 20 anos. A expansão, disse, vem da democratização do transporte aéreo, que, nos últimos anos, se tornou acessível para milhões de brasileiros.

Ele destacou ainda que o crescimento tem sido tanto quantitativo como qualitativo. Como prova, citou pesquisa da Secretaria de Aviação Civil segundo a qual 10 dos 15 terminais avaliados receberam dos passageiros notas acima de 4 (numa escala de 1 a 5). Foi a primeira vez que a nota média ultrapassou 4, enfatizou Padilha.

Licenciamento ambiental atrasa obras

Durante o debate, o presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o presidente da CDR, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e outros senadores listaram problemas em aeroportos de seus estados e cobraram a conclusão das etapas do Programa de Aviação Regional. Para Wilder Moraes (DEM-GO) e João Alberto Souza (PMDB-MA), o plano precisa apresentar metas claras, como o número

de aeroportos que serão concluídos por ano.

Padilha explicou que, dos 270 aeroportos incluídos no programa, 55 aguardam licenciamento ambiental:

— Tivemos sérias questões ambientais que entravaram o processo de licenciamento.

O ministro garantiu prioridade para aeroportos da Amazônia Legal e para os que conseguirem logo o licenciamento ambiental.

Até agora, só o Aeroporto de Caruaru (PE) está apto à fase de licitação.

Sobre as concessões, ele frisou que o modelo tem sido positivo e aumentou a satisfação da população.

— A parceria com o setor privado aprimorou a aviação civil. Se nós formos considerar que R\$ 13,4 bilhões foram investidos, se dependesse apenas do Tesouro, não teríamos esses investimentos.

Jorge Viana celebra inauguração de projetos no Acre

Jorge Viana (PT-AC) informou que o ex-presidente Lula vai participar hoje, em Rio Branco, da inauguração de dois projetos importantes para o estado: um *call center* e a última etapa do complexo de piscicultura, um frigorífico de processamento de peixes na capital do estado.

Viana disse que a expectativa com o *call center* é de que funcione como primeiro emprego para cerca de 2 mil jovens previamente qualificados em cursos profissionalizantes. Já o complexo de piscicultura, segundo ele, é um projeto moderno, criado graças ao incentivo do ex-presidente:

— O melhor que temos a fazer é isso que o governo do Acre está fazendo: manejar a água para a produção de proteína animal — afirmou.

Para ele, o complexo de piscicultura será uma das mais importantes realizações do governo Tião Viana.

Acir Gurgacz pede restauração de alta qualidade da BR-364

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que não vai aceitar má qualidade nas obras de restauração e manutenção da rodovia BR-364, que corta Rondônia.

O senador disse que, após ouvir o ministro dos Transportes, a Comissão de Infraestrutura formou comissão externa para acompanhar os serviços que estão sendo executados na BR-364.

— Creio que será uma missão de grande importância para Rondônia e para o Brasil, pois não podemos admitir que, depois de tanto esforço para viabilizar o projeto de restauração da BR-364 e para conseguirmos os recursos necessários para execução da obra, ela seja executada sem cuidado algum — concluiu.



Genivaldo Mugele/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para representante dos jogadores, 95% dos clubes não serão atendidos pela renegociação proposta na medida provisória, já que ela se limita aos débitos fiscais com a União

Atletas: MP do Futebol ignora dívida trabalhista

REPRESENTANTES DE SINDICATOS e associações de profissionais do futebol lamentaram ontem que a medida provisória (MP) que refinancia as dívidas fiscais dos clubes não toque nos problemas trabalhistas do esporte. Eles participaram de mais uma audiência pública da comissão mista (deputados e senadores) encarregada de fazer a análise prévia da MP 671/2015, a MP do Futebol.

Rinaldo Martorelli, presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf), afirmou que a repactuação das dívidas é uma medida que só ajuda os clubes grandes, os únicos com inadimplências milionárias com a União. Segundo ele, nas pequenas agremiações o problema está nas dívidas trabalhistas e mesmo os grandes clubes têm contas a acertar nesse aspecto.

— Mais de 95% dos clubes não vão se beneficiar do refinanciamento. Não adianta os clubes acharem que saneando suas dívidas com a Receita e a Previdência vão ficar livres, porque daqui a pouco começa a execução [das dívidas trabalhistas] — disse.

Martorelli criticou o uso indiscriminado dos direitos de imagem como forma de os clubes burlarem a legislação trabalhista. Esses direitos são pagos para a utilização da imagem do atleta em campanhas publicitárias e eventos de patrocinadores. Mas, segundo o representante da Fenapaf, os clubes usam o mecanismo para pagar a maior fração do salário. Com isso, o valor registrado na carteira de trabalho é menor, o que reduz os encargos.

— Há casos de jogadores que movem processos de mais de R\$ 1,5 milhão por problemas em contratos de imagem. Sei de clubes que fizeram esses contratos até com roupeiros — contou.

Membros da comissão ligados à administração de clubes fizeram o contraponto aos argumentos de Martorelli. O senador Zeze Perrella (PDT-MG), que foi presidente do Cruzeiro, reconheceu que o funcionamento dos direitos de imagem “não é bem resolvido”, mas ponderou que os clubes não conseguiriam arcar com os altos salários de jogadores de outra forma.

— Hoje um jogador mediano ganha R\$ 500 mil por mês. Não dá para pagar esse salário e mandar mais R\$ 600 mil para o governo. Temos que discutir um teto salarial para os clubes não serem penalizados — afirmou.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-

RN), dirigente do ABC Futebol Clube, de Natal, também citou a existência de um “limbo jurídico” sobre o regime trabalhista dos jogadores, o que cria indefinição sobre salários e encargos.

— O jogador não tem características de trabalhador regular, é uma atividade diferenciada, então não pode ser regida pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Temos que ter uma

legislação específica para a contratação de jogadores. É um vácuo que precisa ser preenchido — disse.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), sugeriu que as entidades de atletas e os clubes dialoguem com o governo para solucionar o problema dos passivos trabalhistas de outra forma. A medida provisória, segundo ele, não poderia avançar nessa área.

— Do ponto de vista legal, a MP não pode cobrir o passivo trabalhista, mas não podemos ignorar que é um problema gravíssimo. A justiça trabalhista tem a mão pesada, ela tira da renda do jogo, do repasse da televisão. Sugeriria conversar com o governo, tentar uma linha especial do BNDES e pagar essa dívida dentro desse “bolo” fiscal — opinou.



Senador Sérgio Petecão (4º à esq.), presidente da comissão mista, coordena a audiência pública ao lado do relator, deputado Otávio Leite (2º à dir.).

Árbitros também cobram mais espaço nas discussões sobre o esporte

A audiência pública também tratou das condições de trabalho dos árbitros de futebol. Marco Antônio Martins, presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (Anaf), denunciou que sua categoria é frequentemente excluída das discussões sobre os rumos do esporte e que a realidade trabalhista e salarial dos profissionais da arbitragem é precária.

— Existem de 80 mil a 100 mil árbitros espalhados pelo país sem carteira assinada, vínculo empregatício, direitos sociais, aposentadoria ou remuneração fixa. O Campeonato Brasileiro movimenta bilhões de reais e a arbitragem não tem acesso a quase nada. Os 20 árbitros de nível Fifa conseguem sobreviver da profissão, todos os outros têm que ter outro emprego.

O árbitro profissional Sandro Meira Ricci, que trabalhou na Copa do Mundo de 2014, apresentou dados sobre a disparidade entre a situação

dos juízes no Brasil e em outros países. Segundo ele, enquanto os árbitros europeus recebem salários de R\$ 200 mil anuais em média, os brasileiros ganham apenas por jogo trabalhado e dependem de sorteios para serem escalados para as partidas.

Ricci e Martins questionaram também as condições de trabalho dos árbitros, que atuam sob pressão e têm responsabilidades sobre os resultados das partidas, essenciais ao planejamento e o resultado financeiro dos clubes. Eles pediram maior autonomia do setor para que os árbitros possam ter descanso adequado entre jogos, treinamento específico constante e preparação psicológica.

O presidente da Anaf esclareceu que a principal reivindicação da categoria é tornar-se independente das federações estaduais, às quais as comissões de arbitragem são subordinadas atualmente. Na opinião

dele, a mudança permitiria melhorar a situação trabalhista.

— Nosso maior pedido é que a arbitragem cuide da sua área. Somos preparados para isso. Se as federações não querem assinar a carteira, não tem problema, deixem que nós mesmos organizamos — resumiu.

O deputado Evandro Rogério Roman (PSD-PR), que foi árbitro profissional, é autor de uma emenda à MP que destina 5% da arrecadação com direitos de transmissão das partidas de futebol para os árbitros que atuarem nelas. Ele propõe que a categoria receba mais atenção das autoridades políticas e do futebol.

— Buscamos a regulamentação da profissionalização. Tentamos encontrar uma forma de que pelo menos os árbitros da primeira divisão tenham um nível adequado de investimento, cobrança, reciclagem e acompanhamento — disse.

Comissão ouvirá clubes de todas as divisões na próxima semana

A comissão mista fará mais duas audiências públicas, na terça e na quarta-feira, às 14h. Serão ouvidos os clubes de todas as divisões do Campeonato Brasileiro.

Na terça-feira, a comissão receberá representantes de equipes da primeira e da quarta divisões. No mesmo dia, os clubes de futebol feminino poderão falar à comissão.

Na quarta-feira, será a vez dos times da segunda e da terceira divisão. A comissão ainda definirá quais clubes representarão o coletivo das agremiações.

Em debate, o uso de medicamentos genéricos na agropecuária



Wellington Fagundes, que propôs a audiência pública de hoje

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará hoje uma audiência pública interativa a fim de discutir o uso de medicamentos genéricos para a agropecuária.

A audiência foi requerida por Wellington Fagundes (PR-MT). Na justificativa, ele disse que, no campo agropecuário, o uso de medicamentos genéricos elevará a competitividade da

produção brasileira no mercado internacional.

— Essa audiência poderá ser de grande valia para a divulgação da produção, da comercialização e do consumo desses produtos nesse ramo da economia brasileira e no aperfeiçoamento da legislação que regula o segmento — explicou.

Deverão participar do debate a fiscal federal agropecuária

Maria Angélica Ribeiro de Oliveira, do Ministério da Agricultura, e representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 8h

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: senadofederal

▶ Twitter: @agencia_senado

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoAgricultura>

Audiência reuniu docentes e sindicalistas que participaram de protesto em Curitiba e foram violentamente reprimidos pela polícia. Gleisi e Requião presenciaram confronto

Senadores criticam ação policial contra professores

INDIGNAÇÃO, TRISTEZA E revolta foram os sentimentos expressados por professores e sindicalistas do setor de educação do Paraná que participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a violência policial contra servidores estaduais na quarta-feira passada, em Curitiba.

Os professores participavam de uma manifestação que reuniu mais de 20 mil servidores e foram reprimidos com violência pelas forças policiais do governo estadual.

Os senadores do Paraná Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT) presenciaram o confronto e foram enfáticos ao relatar a brutalidade da ação policial, que deixou mais de 200 manifestantes e 20 policiais feridos.

— Surgiram helicópteros jogando bomba de gás lacrimogêneo indiscriminadamente. Hoje, o paiol de munição da Polícia Militar do Paraná está vazio. Eles praticamente jogaram todo o estoque de bombas de efeito moral e explosivas em cima da população — disse Requião.

Gleisi pediu a apuração de responsabilidades dos que



Paim (C, ao lado de Gleisi) conduz a audiência pública em que professores narraram o confronto da semana passada

estavam no comando da operação e disse não ver justificativa para “tamanho violência” contra trabalhadores:

— Foram duas horas ininterruptas de bombas e não era para defender o prédio da assembleia. Não tinha justificativa. As balas de borracha continuavam sendo atiradas e os professores pediam que parassem com a violência, mas eram tratados como bandidos. É essa a dor que as pessoas estão falando. Não é a dor física, que pode até passar. É a dor moral, a dor emocional, a dor de saber que aquele que deveria te proteger te desrespeita.

A CDH recebeu pela internet 400 mensagens criticando a ação do governador do Paraná, Beto Richa, e questionando a

falta de diálogo com os professores.

— Essas mensagens mostram que o país todo está acompanhando e discorda dessa ação — afirmou Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Paim informou que foi aprovado na comissão um voto de censura ao governo do Paraná, medida também aprovada na Comissão de Educação (CE).

No debate, professores e sindicalistas acusaram o governador de romper o compromisso de discutir com servidores propostas de mudança nas regras da previdência estadual, antes da votação da matéria na assembleia legislativa.

No dia do confronto, os servidores se manifestavam contra rito sumário de votação

do projeto. Os participantes do debate na CDH refutaram argumentos de que os policiais foram chamados para evitar que a assembleia fosse invadida pelos manifestantes.

— Quando um governo quer proteger patrimônio público, coloca a tropa na frente do prédio. O que fez o governador foi cercar os manifestantes com tropa, com cachorros e dois caminhões de policiais com cavalos — relatou a professora Luzia Marta Bellini, diretora do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná.

Os docentes negaram a alegação do governador de que o projeto teria sido discutido com as entidades dos servidores.

— Desafio o governador que nos mostre uma única ata

assinada pelos sindicatos dos professores das universidades estaduais sobre o PL 252/2015, que o governo diz ter sido amplamente discutido — afirmou o professor Antonio Bosi, do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Cães

O rompimento do diálogo por parte do governo estadual foi apontado por todos os professores e sindicalistas presentes ao debate, como Hermes Leão, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, e Denny Willian da Silva, professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-PR), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, e os deputados estaduais Professor Lemos (PT) e Tadeu Veneri (PT) citaram a ação violenta de ao menos 350 policiais dentro da assembleia, inclusive com uso de cães.

Num relato emocionado, o cinegrafista Luiz Carlos de Jesus, que participava de cobertura jornalística pela Band, contou que foi atacado por um cachorro dentro da assembleia.

Déficit obrigou à revisão da previdência, diz assessor de Richa

Em defesa do projeto que altera regras da previdência dos servidores do Paraná, Edson Lau Filho, assessor de Políticas para a Juventude do governo do estado e representante do governador Beto Richa no debate, apontou déficit no sistema, gerado pelo pagamento de aposentadoria integral aos servidores públicos.

— A capitalização das contribuições fica aquém da aposentadoria e a diferença é paga pelo poder público, com recursos oriundos da tributação. Os trabalhadores da iniciativa

privada, na prática, acabam complementando o benefício dos servidores — disse.

Ao falar sobre o uso de força policial, o assessor afirmou que a ação se deu por solicitação do presidente da assembleia legislativa, para evitar que os manifestantes impedissem a votação, como havia ocorrido dois meses antes, na primeira tentativa de aprovação do projeto que altera as regras de aposentadoria dos servidores.

Também o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) apon-

tou a intenção dos manifestantes, no dia 29, de interromper os trabalhos da assembleia. Ele condenou excessos na ação da polícia, mas disse serem necessários os ajustes fiscais promovidos por Beto Richa, fazendo um paralelo com os ajustes promovidos pelo governo federal por meio de medidas provisórias. A senadora Gleisi Hoffmann contestou a argumentação, dizendo que a tramitação de MPs permite ampla discussão no Congresso.

Na opinião dos senadores do

PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Cássio Cunha Lima (PB), a intervenção da força policial foi necessária para evitar que não se repetisse a invasão da assembleia legislativa.

— A polícia militar agiu legitimamente, atendendo a uma ordem judicial, mediante requisição da assembleia. Todos os fatos noticiados mostram que houve excessos em alguns episódios desse confronto. Penso que isso tem que ser investigado com rigor, mas queria também lamentar o fato de que movimentos sociais

descambam para a violência na manifestação de suas propostas e contra medidas com as quais eles não concordam — opinou Aloysio.

No mesmo sentido, Cássio Cunha Lima pediu a apuração das responsabilidades pelos excessos, mas cobrou dos manifestantes o cumprimento das leis:

— A democracia existe quando as regras são respeitadas. Na democracia, é legítimo que as pessoas pensem e ajam de maneira diversa, mas nunca afastadas da égide da lei.

Ouidora: PMs não sabem lidar com protestos

A ouvidora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Irina Karla Bacci, apontou a falta de diálogo do governo do Paraná com os professores como causa do confronto. Segundo ela, governantes de vários estados têm se mostrado despreparados para gerenciar grandes manifestações.

Na opinião de Claudio Pereira de Souza Neto, secretário-geral do Conselho Federal da OAB, a democracia ainda não foi capaz de mudar a orientação truculenta que caracteriza as polícias, que recebem “treinamento voltado para o combate”. José Carlos Torves, diretor da Federação Nacional dos Jor-

nalistas (Fenaj), afirmou que o treinamento das polícias segue modelo da ditadura militar.

Paulo Paim informou que a CDH fará um projeto de lei para proibir o uso de armas e cães por policiais responsáveis pela

segurança em manifestações públicas. Disse que a comissão denunciará ao Sistema Internacional de Direitos Humanos os fatos ocorridos no Paraná, conforme sugestão de Gleisi Hoffmann.



Policiais reprimem manifestação de professores em Curitiba: mais de 200 feridos

Para Telmário, governador do PR deveria pedir desculpas a docentes

Telmário Mota (PDT-RR) criticou ontem o uso da força policial contra professores da rede estadual do Paraná durante manifestação em Curitiba.

O senador classificou o ato de “violento, desumano e antidemocrático” e afirmou que a atitude do governo demonstra uma “incompreensão democrática” contra aqueles que são a “escada do desenvolvimento de um país”.

— Eu acho que o grande

crescimento democrático é você poder ouvir as duas partes; é você não tentar impedir os direitos conquistados e adquiridos — afirmou o parlamentar.

Telmário fez um apelo ao governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), para que “tenha a grandeza de um homem público e peça desculpas” aos professores que, de acordo com ele, não são bem remunerados e fazem malabarismo para sobreviver.



Moreira Matiz/Agência Senado